

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Economia e Obras Publicas

Deputado Luis Campos Ferreira

Assunto: Audição da Secretaria de Estado do Turismo

Exmo. Senhor Presidente,

O sector do turismo é crucial para a economia portuguesa, tanto ao nível das exportações como do emprego, cumprindo a esta Comissão e ao Grupo de Trabalho de Turismo, criado nesta sede, o especial dever de acompanhar a política do governo sobre estas matérias.

As últimas estatísticas demonstram que, no último ano, no sector do Alojamento e da Restauração a diminuição de postos de trabalho atingiu mais de 30 mil trabalhadores.

De acordo com notícias vindas a público recentemente e não desmentidas pelo Governo, as entidades regionais de turismo (ERT) encontram-se numa situação financeira próxima do colapso, acumulam dívidas de centenas de milhares de euros a fornecedores.

A situação em que se encontram as ERT é de tal forma grave que muitas delas nem dinheiro têm para pagar despesas de representação, ajudas de custo e senhas de presença aos seus dirigentes.

O Governo, através do Turismo de Portugal (TP), comprometeu-se a transferir, durante o presente ano, o valor total de 13 milhões de euros, dividido em quatro prestações trimestrais, para as 11 ERT.

Sucede porém que, por esta altura, o Governo deveria estar pronto a transferir a terceira prestação, foi quando resolveu pagar, depois de muita pressão, a segunda.

Segundo declarações públicas do presidente da Associação Nacional das Entidades Regionais de Turismo (ANERT) e líder da Turismo do Algarve, António Pina o mesmo afirmou que *“Durante todo este período de tempo, as entidades regionais de turismo, já de si com uma gestão financeira muito apertada, andaram aflitas, sem dinheiro para nada, a passar graves dificuldades de tesouraria”*.

Importa, pois, conhecer da posição do Governo designadamente as causas justificadoras do atraso nas transferências financeiras para as ERT, bem como, da forma como pretende solucionar a situação.

Por outro lado, foi tornado público que o Governo e o Turismo de Portugal (TP) estão a estudar a reorganização da rede de 16 escolas de hotelaria sob administração daquele instituto público, o que poderá passar pelo encerramento de alguns daqueles

estabelecimentos sem que, contudo, mais pormenores sobre esta reestruturação sejam conhecidos.

Convém lembrar a importância e relevância do papel das escolas de hotelaria na qualificação dos profissionais do setor, e sem a qual a qualidade da nossa oferta poderá ser afetada.

Mais, no que concerne à revisão da Lei das Agências de Viagens, continuamos sem saber o que o governo propôs, numa questão que foi considerada, tão urgente e objeto de várias audições, para que houvesse maior reforço das garantias dos consumidores a par com o equilíbrio necessário nas soluções adotadas, face à atual situação de crise, que hoje vivem as empresas.

Neste momento em que já estamos a iniciar o Verão, a época alta, ainda nada se conhece.

Este será também um tema essencial para que a Senhora Secretária de Estado preste informações aos portugueses através do parlamento.

Por último, urge saber como está o PENT- Plano Estratégico Nacional de Turismo, que foi revisto já há mais de um ano, depois de um aturado trabalho com os agentes económicos do sector. Até hoje nada se conhece sobre a estratégia do governo em termos de política de turismo, num sector considerado essencial para a nossa economia, tanto em termos de emprego, como ao nível do PIB, como ainda enquanto maior sector exportador.

Nestes termos, o Partido Socialista entende que a factualidade descrita requer a presença, na Comissão de Economia e Obras Públicas, da Secretária de Estado do Turismo para prestar os esclarecimentos necessários acerca destas matérias.

Palácio de São Bento, 25 de Junho de 2012.

Os deputados,